

## CEDAE vai parar no dia 7 de dezembro para lembrar a Garotinho seus compromissos de campanha em defesa do Saneamento no setor público

Eleito por uma coligação de partidos de esquerda - contrários à privatização dos serviços públicos - o governador Anthony Garotinho, imitando FHC, "virou a casaca", e, se comportando como um autêntico neoliberal, anunciou, na última semana, que vai privatizar os serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário dos bairros da Barra da Tijuca, Recreio dos Bandeirantes e Jacarepaguá. Garotinho se esqueceu que foi eleito por ser oposição a Marcello Alencar, que castigou o Estado do Rio com as privatizações da CERJ e da CEG. Hoje, a população não sabe a quem reclamar para resolver os impasses provocados pela ganância de lucro das concessionárias privadas - que estão colocando em risco a vida de seus usuários.

Os jornais vem publicando o drama vivido por várias famílias, que estão sendo obrigadas a deixar as suas casas, devido a vazamentos de gás canalizado. A CEG diz que o problema não é seu. A agência reguladora não funciona e o governador ignora a questão, ao lado da companheira Benedita da Silva, do PT, do prefeito Luís Paulo Conde, do PFL, e do presidente da Alerj, Sérgio Cabral, do PMDB. Aliás, os rumores são de que Garotinho, que já foi do Partido Comunista e do Partido dos Trabalhadores, estaria pensando em trocar o PDT pelo PMDB, apesar de sua postura neoliberal. O jornal da ASEAC fez uma retrospectiva dos seus 18 últimos números, onde o governador antes de eleito prometeu lutar até a sua última gota de sangue contra a privatização da CEDAE.

# GREVE GERAL



Páginas 2, 6, 7 e 8

## População reage à privatização em Niterói



A direção do Centro Comunitário da Região Oceânica (Cecron) vai publicar carta aberta à população, protestando contra a privatização dos serviços de água e esgotos de Niterói. A decisão foi tomada durante a última assembléia do órgão, que reúne 41 associações de moradores e entidades locais, realizada no dia 25 de novembro. A CEDAE, a prefeitura e a concessionária Águas de Niterói foram convidadas para o encontro, mas não compareceram.

Páginas 4 e 5

## Marco Aurélio Alencar e Deodônio podem ser presos por crime de Corrupção



Página 2

**Associação dos Empregados de Nível Universitário da CEDAE**

Rua Sacadura Cabral, 120, Sala 601/602/607 e 902  
 Telefones 263-6240 / Telefax: 253-7482  
 Home Page: aseac.com.br  
 E-mail: aseac1@ism.com.br

**DIRETORIA EXECUTIVA**

**Diretor Presidente**  
 Dario Mondego  
**Diretor Vice-presidente**  
 Paulino Cabral da Silva  
**Diretor Administrativo**  
 Júlio César de O. Antunes  
**Diretor Financeiro**  
 Edson Reis da Silva  
**Diretor de Comunicação**  
 Jaime Dutra Noronha  
**Diretor Técnico**  
 Márcio de Melo Rocha  
**Diretor Social**  
 Antônio Carlos Álvares Grillo  
**Diretor Representante dos Aposentados**  
 Walcyr Goulart Mariosa  
**Diretor Adjunto**  
 João Benedito Lorenzon Mello

**CONSELHO DIRETOR**

**Representante dos Administradores**

Sérgio Rego Rodrigues  
**Advogados**  
 Sueli Kolling Turano  
**Analistas de Sistemas**  
 César Lima da Graça  
**Arquitetos**  
 Júlio Celso Bragança Gil  
**Aposentados**  
 Armando Costa Vieira  
 Edson Bittencourt Rosa  
 Eliana Glória Peixoto  
 Leon Ambram  
 Maria Carmem M. M. Almeida  
**Contadores**  
 Sérgio Pereira  
**Demais Categorias**  
 Evandro Rodrigues de Brito  
**Economistas**  
 Pedro Evandro Ferreira  
**Engenheiros**  
 Álvaro Henrique C. Verocai  
 Clóvis Francisco do Nascimento Filho  
 Jonathas Ferreira Filho  
 Márcio de Melo Rocha  
 Renato Guerra Marques  
**Sócios Aspirantes**  
 Júlio César de Oliveira Antunes

**CONSELHEIROS NATOS**

Antônio Inácio da Silveira, Walnry Bitencourt de Oliveira, Emy Guimarães de Lemos, João Carlos do Rego Pinto, Renato Lima do Espírito Santo, Carlos Henrique Soares de Menezes e Jaime Dutra Noronha.

**CONSELHO FISCAL**

**Efetivos:** Aloísio Souza da Silva, Alberto Burd e Gerson Pereira L. Nascimento. **Suplentes:** Antônio Bastos de Oliveira, Jorge Rodrigues Leitão e Leon Ambram.

**Produção e Edição**

Planin-Assessoria de Comunicação  
 Tels: (021) 220-5930/524-0890  
 Email: \_planin@uol.com.br

**Jornalista Responsável**

Carlos Emiliano Eleutério  
 MTB: 12.524/RJ

**Diagramação e Editoração Eletrônica**  
 Planin Assessoria de Comunicação

Edição de Novembro de 1999

Tiragem: 2.000 exemplares

# A justiça tarda, mas não falha

O relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI - que investigou supostas irregularidades na área de propaganda oficial do governo Marcello Alencar, entre os anos de 1997 e 1998, concluiu que o ex-secretário de Fazenda, Marco Aurélio Alencar, e seu chefe de gabinete, Deodônio Macedo Neto (lembrem: ele foi diretor financeiro da CEDAE!), podem ser incriminados em três crimes que, somados, podem render até oito anos de prisão. O relatório, já enviado ao Ministério Público, define também que os dois, além da devolução de dinheiro do erário, podem perder seus direitos políticos por até cinco anos.

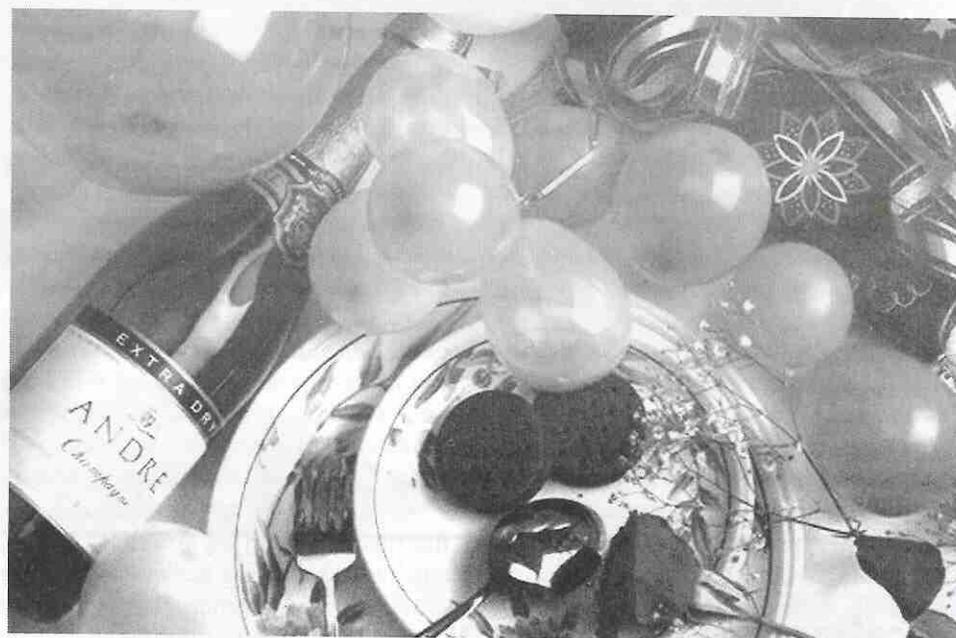
Por seis votos a favor, nenhum contra e uma abstenção, os deputados integrantes da CPI da Publicidade aprovaram, no início de novembro, o relatório que indicia o secretário e seu chefe de gabinete por crimes de corrupção passiva, improbidade administrativa e concussão (uso

da função para exigir, direta ou indiretamente, vantagem indevida para si ou para terceiros). O relatório aprovado e os autos da CPI serão enviados ao Ministério Público, a quem compete aceitar ou não a denúncia e abrir inquérito contra os acusados. Não há prazo legal para o Ministério Público se manifestar.

Motivada por uma série de denúncias da mídia, a CPI ouviu depoimentos e reuniu documentos que o relator, deputado Edson Albertassi, considerou como "indícios bastante fortes" de que Marco Aurélio usou seu cargo para pressionar as agências de publicidade que detinham a conta do governo. Essas agências eram levadas a subcontratar, extra-oficialmente, os serviços de uma terceira empresa - a A2CM, do publicitário Duda Mendonça - repassando a ela metade de suas comissões. Coincidentemente, a A2CM fez a campanha eleitoral do candidato do PSDB ao Governo do Estado.



## Um Ano Novo de vitórias



O ano 2.000 está aí às nossas portas. E apesar da posição entreguista de FHC e do ex-governador Marcello Alencar, que faz com que tenhamos saudades das encrências das estatais Telerj, Light, Ceg e Cerj - hoje privatizadas e transformadas em péssimas prestadoras de serviços - é preciso comemorar. Afinal é um novo milênio que chega com esperança! Não precisamos chegar ao absurdo de comemorar o primeiro ano de Anthony Garotinho como governador do Estado do Rio de Janeiro. Até porque, ele não se lembra que

foi eleito por uma coligação de partidos de esquerda e agora está preocupado apenas em reunir meios para viabilizar o desejo febril de ser presidente da República, e já deu seu recado - algo semelhante a FHC, que mandou esquecer tudo que escreveu em seus livros (vide retrospectiva páginas 6 e 7).

Não precisamos comemorar também a violência que nos angustia cotidianamente. Mas, com certeza, nós temos muito a comemorar: a nossa capacidade de luta! A capacidade de nosso povo de dar a volta por cima, apesar de FHC e de Garoti-

nho - que prometeu não privatizar a CEDAE e não está cumprindo a promessa.

Temos a comemorar, principalmente, a nossa capacidade de aprender. Nós erramos? Erramos! Mas, com certeza, vamos aprender e aí, então, não haverá espaço para falsos Messias na política do Rio de Janeiro.

A diretoria da ASEAC deseja que no ano 2.000 seus associados tenham aprimorado a sua capacidade de aprender, de lutar pelo Saneamento Público e por seus empregos. Pois brigar por emprego é legítimo!

### GREVE GERAL

Está confirmada para o dia 07/12/99, terça-feira, a greve geral dos empregados da CEDAE. O Sindicato dos Urbanitários marcou uma concentração na porta do Palácio Guanabara, para protestar contra a atitude do governador Garotinho de privatizar o Saneamento Básico na Zona Oeste do Rio, Campos e Niterói.

A presença de todos é fundamental, para mostrar ao governador que nós não aceitamos esse comportamento e queremos que ele cumpra os compromissos que assumiu com os trabalhadores da Companhia.

**NÃO À MUNICIPALIZAÇÃO!  
 NÃO À TERCEIRIZAÇÃO!  
 NÃO AO SUCATEAMENTO DA  
 CEDAE!  
 PELAS PROMESSAS DE CAMPANHA DE REESTRUTURAÇÃO DA  
 EMPRESA!**

# A Escola Escariote

**H**á quase 2.033 anos, registrava-se na história Cristã, a traição. A sapiência do Homem que se imortalizou sabia do traidor. Não o revelou aos apóstolos. Por metáfora, falava de passagens. Daí, por ilação: estava, ali, dentre os presentes, o traidor. O beijo foi a denúncia. Valeu "dinheiro". E, assim, Judas, um dos 12 apóstolos, se mostrou para a eternidade, espontaneamente, entregando Cristo.

Assim foi. Assim tem sido. Há coincidência? Não sei. O fato se repete entre os mortais!

Tenho sido pressionado para revelar, em nosso jornal, os nomes dos Escariotes que estiveram à frente dos policiais armados para o enfrentamento daqueles que, supostamente, os impediriam no arrebatamento das instalações da Cedae, em Niterói. Eles, à semelhança de Escariote, se mostraram. Para que os revelar? Há de doer-lhes o remorso. Venderam-se por complemento de Reais em suas aposentadorias, por inexistência de "dinheiro"! O prato, que tantas refeições lhes serviu, naquela noite inesquecível, transformou-se em peça para dejeção. No provérbio: evacuaram no prato em que tanto e só comeram!

A luta não se encerra, aqui. Perdem-se anéis, mas não os dedos. Foram-se adornos do passado e saudosos no presente que, aliciados, não resistiram ao "canto da seireia". Faltou-lhes a introspecção. A curtíssimo prazo, serão peças descartáveis. Porque não se deram ao respeito e não serão respeitados. Ficarão secos como os sapos após serem sugados pelas caranguejeiras. Foi assim, em diversas outras privatizações.

Nós continuamos em defesa do Saneamento Básico na gestão pública e da Cedae como o instrumento de sua viabilização e de elo entre o Estado e os Municípios, na consecução da competência compartilhada de gestão dos serviços públicos de interesse comum.

O que já nos arrebataram, não nos mutilaram, pois reaveremos, por isso, estamos lutando. Não haveremos de perder mais. E se, assim, não desejar a nossa sociedade usuária, não seremos os únicos cidadãos perdedores: ela, também, o será. É uma questão de cidadania o Saneamento Básico.

O futuro revelador será no momento da reflexão sofrida pela exploração privada, com o beneplácito do governador e dos Prefeitos, nesse encargo de natureza genuinamente pública, se tal assertiva proceder. O arrependimento, lá, certamente, não será o extremo final. Teremos que amargar o sacrifício retratado em dinheiro, se dispusermos dele, e

de tempo para remontarmos essa máquina, mal entendida por pessoas desinformadas, que vivem ao sabor do mundo ilusório das facilidades e progressos acenados pelas privatizações do mundo globalizado. Há, mais de um século, o desenvolvimento incessante, adequando-se à acumulação da bagagem pela pesquisa e experiência gerencial-técnica-profissional de homens dedicados com espírito público no trato dessa função social e preventiva da vida saudável de uma sociedade exigente e pobre, comparada com a do mundo neoliberal.

Agora, por um momento transitório de má gestão, não em decorrência de incompetência, mas por ação externa intencional de desmoralizar, vêm governador e prefeitos querendo desmontar a obra que não recebeu suas contribuições nem sacrifícios. Não conheço, historicamente, nem a participação de seus ancestrais. Querem moleza! Querem faturar, politicamente ou financeiramente. Destruir para satisfazer interesses de nova fonte de recursos para obras eleitoreiras é desprezível. Ignoram o patrimônio público, o homem e a saúde pública. Enfim, uma sociedade pobre que está na exaustão de seus recursos para pagar caro por encargos públicos com gestão privatizada para a lógica do lucro.

Temos urrado alertando que não cabe a desestatização do Saneamento Básico e, conseqüentemente, da Cedae. Eles se fazem de surdos. Só escutam se as vozes vêm do FMI, capitaneadas pelo FHC. Foi um erro intencional dos Alencar ao incluí-los no PED. Desestatizar é fazer cessar a estatização. Isso não houve. Tanto o saneamento como a Cedae não estão na lista dos empreendimentos privados que sofreram estatização pela intervenção do Estado na economia durante a grande Depressão de 1930. Nem poderiam estar, porque a essência de sua natureza é pública. A partir daquela década, foi o governo que, excepcionalmente, interveio no mundo privado, em face de riscos sombrios para a nossa sociedade. A rigor, esses riscos não acabaram. Há outra roupagem. Antes, estavam "quebrando" e foram socorridos pelo governo. Hoje, querem se escudar contra a "quebradeira", impondo a inversão na ação governamental: de estatizante a privatizante, para garanti-los nos serviços essenciais monopolistas. Eles estão presentes, ameaçadoramente!

Essa intervenção do empresário privado na gestão desse encargo público, é para aplicação em investimentos nas obras de universalização dos serviços de água e de esgotos, justificando os governantes brasileiros subservientes. A cegeira é tal que, para abocanhar, um ima-

ginado recurso dolarizado, praticam até o absurdo contraditório: o prefeito de Niterói, sem nenhuma cerimônia, anda cantando aos quatro ventos que a empresa privada Águas de Niterói, após assumir a concessão da distribuição de água e esgotamento sanitário daquele município, já conseguiu R\$ 60 milhões emprestados pelo BNDES, prestes a serem liberados, para levar água à Região Oceânica. O fim até que se justifica. Chega de sofrimento imposto pelo próprio prefeito, que impediu a Cedae de tal realização. Mas, o meio é deplorável, porque contraria os discursos que afirmam haver falta de recursos públicos para o custeio de projetos de ampliação de tal assistência à sociedade a cargo, hoje, das empresas públicas de Saneamento Básico. Além disso, o próprio Edital e o contrato nele constante exigem, dentre os compromettimentos elencados, que os recursos sejam próprios do consórcio vencedor para os investimentos, ali, condicionados. Ficou no pró forma!

Tudo isso é um grande teatro de marionetes. A espectadora é a sociedade idiotizada!

Não comungamos com a tese de que deva ser privatizado o abastecimento de água e o esgotamento sanitário estadual, nem, também, a privatização de concessões, por município, para a distribuição de água e coleta de esgotos, agravado com a entrega dos bens públicos estaduais para exploração econômica privada, contrariando o artigo 68 da Constituição Estadual. Até quando assistiremos a indefesa cidadania diante desse conflito político-jurídico-governamental?

No clima de disputa pelo "poder concedente", havia uma verdadeira guerra entre Marcello Alencar e os prefeitos da Metrópole. Por conta disso, a questão foi levada por ADIN's ao S.T.F. Enquanto lá, na Suprema Corte, nada de liminar ou decisão por mérito, aqui, no TJ, foi uma verdadeira batalha de ações, liminares, agravos etc. Até a ALERJ e o Tribunal de Contas se envolveram. Lembro que todas as Ações eram distribuídas ao Desembargador Celso Guedes por prevenção. É regra. Foi para ele distribuída a primeira Ação que tratava da privatização da Cedae, contestando a Lei 087/97 que criou a Região Metropolitana e todos os demais que se assemelharam dentro daquele litúgio.

Ainda não consegui entender. Será que essa regra caducou por uma qualquer razão definida que não é de nosso conhecimento? Ora, Niterói, inversamente ao Estado governado por Marcello, foi agora ao TJ e conseguiu deferimento do pedido de Tutela Antecipada na 5ª Vara de Fazenda

e entregou à iniciativa privada a concessão dos serviços, até aqui, outorgados à Cedae pública, contrariando a Lei 087/97, ora aguardando decisão do S.T.F. A Procuradoria do Estado recorreu e, em passo seguinte, agravou. A 4ª Câmara Civil indeferiu a Suspensão solicitada no Agravo de Instrumento da Procuradoria que se referia à Tutela Antecipada. Entretanto o Mérito ainda será julgado, provavelmente, na primeira quinzena de dezembro. Tendo em vista o indeferimento da Suspensão, a Procuradoria entrou com Agravo Regimental. Esse Agravo Regimental também foi indeferido pela 4ª Câmara Civil. Simultaneamente, a Procuradoria foi à Presidência do TJ, pedindo a Suspensão. Também foi indeferido. Conseqüentemente, a Procuradoria recorreu com o Agravo Regimental. Este está aguardando decisão.

Não foram esses recursos para a decisão, por conexão, isto é, por prevenção. Outros desembargadores negaram os recursos da Procuradoria. Esta, não recorreu à nulidade por prevenção a que estaria suscetível a decisão que negou seus recursos. Da outra vez, foi assim que o Órgão Especial decidiu pela transferência do processo, já despachado com Liminar do Desembargador Gama Malcher, indo para o Desembargador Celso Guedes que revogou a Liminar e deferiu outra, contrária e em favor do Estado!

Não havendo regulação no setor de saneamento no Brasil e no Estado, preconizada no artigo 23, inciso XIX e parágrafo único da Constituição Federal, vêm os Juízes e Desembargadores legislando casuisticamente, normatizando regionalmente, em retalhos, essa atividade vital.

É muito complexo o quadro! A Procuradoria luta contra o arrebatamento em Niterói. Já, no Rio, o governador se alia ao prefeito Conde para privatizar o abastecimento de água e o esgotamento sanitário de três bairros no Município do Rio de Janeiro (Barra, Recreio e Jacarepaguá), numa flagrante discriminação entre os cidadãos bem sucedidos economicamente e os pobres, sem horizontes azuis, habitantes no mesmo município.

Até nós perguntamos: Por que não ao Município de Niterói e sim ao Município do Rio de Janeiro? O que difere é uma questão jurídica ou política partidária, revestida de interesses eleitorais? E nós...

Dario Mondego  
 Presidente

# Com total descaso e “propaganda enganosa”

Prefeitura e empresa Águas de Niterói dão o tom da relação que pretendem ter

O Centro Comunitário da Região Oceânica (Cecron) decidiu nomear uma comissão de representantes de suas 41 entidades associadas para redigir uma “carta aberta” à população, exigindo esclarecimentos públicos à empresa Águas de Niterói, depois que a concessionária privada anunciou a execução de obras para levar água à Região em um ano, sem sequer apresentar ou discutir os projetos com a comunidade local.

Classificando as obras de “propaganda enganosa” e de “maquiagem” para criar dificuldades e constrangimento para uma decisão judicial contrária à empresa, a comunidade protestou contra a iniciativa da concessionária de esburacar toda a Região para simular resultados que, tecnicamente, são inviáveis no prazo de um ano, conforme prometeu a empresa. Além dis-

cer ao encontro. E pediu, sem explicar os motivos, que o Cecron adiasse a reunião até o dia 8 de dezembro, quando deverá fazer um pronunciamento público sobre o assunto. A direção da CEDAE também foi convidada pela comunidade, mas estranhamente não compareceu e não explicou as razões da sua ausência. O presidente da ASEAC, Dario Mondago, e o Vice, Paulino Cabral, participaram do encontro, que contou também com a presença das promotoras Adélia Barbosa de Carvalho e Elizabeth José Barreto, do Ministério Público, e de técnicos da Superintendência Leste da CEDAE.

## Razões misteriosas

Aberta pelo próprio presidente do Cecron, Paulo Ricardo Pimentel, a Assembléia gerou veementes protestos contra a atitude do prefeito e da concessionária de não comparecerem à Assembléia. Paulo Pimentel leu a íntegra de uma “carta aberta” publicada há cerca de dois anos, repudiando a disputa entre o governo Marcelo Alencar e o Município de Niterói, pela gestão do Saneamento no município. E lamentou a ausência do prefeito e da concessionária privada, que deveriam prestar conta desses assuntos à comunidade”.

Depois de ouvir a exposição do presidente da ASEAC, que fez um histórico da situação do abastecimento em Niterói desde o Império, alertando para os riscos da privatização, a Promotora Adélia Barbosa de Carvalho afirmou que o Ministério Público já vinha cobrando da CEDAE os projetos para a Região anunciados pela empresa no passado. Ela explicou, inclusive, que a questão já vinha caminhando para uma solução, depois que o MP fez uma consulta à Companhia, através de um Inquérito Civil Público. Esta alegou que as obras dependiam de recursos da Caixa Econômica que, por sua vez, devolveu a responsabilidade para a CEDAE, alegando falta de projetos.

O presidente da ASEAC confirmou que a CEDAE dispõe dos projetos para a Região Oceânica e só não os colocou em prática porque a prefeitura impediu a sua execução através da justiça, já com a intenção de privatizar os serviços. “Tanto que foram investidos pelo Estado cerca de R\$ 40 milhões na ampliação da produção de água do Sistema Imunana Laranjal em dois mil litros por segundo”.

Segundo a Promotora Adélia Barbosa de Carvalho, agora o consórcio privado foi en-

volvido no Inquérito pelo Ministério Público, que está exigindo da empresa privada, além de uma Audiência Pública transparente e democrática e do RIMA, a apresentação dos projetos, a análise da FEEMA e de um terceiro órgão – no caso, foi escolhida a COPPE – para dar um parecer. A Promotora garantiu que, até agora, os prazos definidos nestas análises apontam para um período de, no mínimo, cinco anos para a implantação dos projetos de abastecimento de água e de coleta e tratamento de esgotos na Região Oceânica. Por sua vez, a promotora Elizabeth Barreto informou que a Águas de Niterói já foi notificada, com prazo para responder a notificação. “Assim que os projetos forem apresentados, serão submetidos aos técnicos da COPPE”. As duas representantes do Ministério Público recomendaram a comunidade da Região Oceânica que ingresse com ações populares contra a prefeitura, caso esteja se sentindo prejudicada com a transferência dos serviços de Saneamento para o setor privado e que passem a exigir de órgãos estaduais como a Comissão Estadual de Controle Ambiental (CECA) a fiscalização e o acompanhamento dos projetos para a Região.



M. PÚBLICO

A comunidade da Região Oceânica levou às



As promotoras sugeriram ações populares contra a prefeitura de Niterói

so, a população não tomou conhecimento do projeto ou de seu respectivo Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) e nem participou de Audiência Pública, como determina a lei, para discutir as obras. O assunto foi o tema principal da Assembléia Geral realizada na noite do último dia 25 de novembro, na sede balneária da Associação dos Funcionários do Banerj (ABanerj), em Piratininga, reunindo dezenas de representantes da sociedade local, apesar das manobras do prefeito Jorge Roberto Silveira e da própria concessionária para esvaziar o encontro.

Utilizando-se do “poder” que adquiriu sobre a direção da sua nova prestadora de serviços de Saneamento, o prefeito proibiu o presidente da Águas de Niterói, Cláudio Abduch, de compare-

## Prefeitura manobra para

Um clima de indignação tomou conta da reunião do Conselho Comunitário da Região Oceânica (Cecron), depois que vieram à tona as manobras articuladas pelo próprio prefeito de Niterói, Jorge Roberto da Silveira, para esvaziar o encontro, impedindo, assim, que a comunidade cobrasse da empresa Águas de Niterói explicações sobre o polêmico processo que vem envolvendo a privatização dos serviços na Região. Segundo o presidente do Cecron, Paulo Ricardo Pimentel, a prefeitura alegara, anteriormente, que não aceitaria o projeto do governo do Estado, porque este não incluía a coleta e tratamento de esgotos. “A empresa privada e a prefeitura deveriam vir ao nosso encontro explicar isto pessoalmente e apresentar seus projetos, mas infelizmente não compareceram”, lamentou o presidente do Cecron.

Ele próprio manifestou surpresa com relação a ausência tanto da prefeitura quanto da concessionária privada, pois seu presidente, Cláudio Ab-

duch, se mostrara entusiasmado com a perspectiva do debate ao ser convidado, confirmando sua presença. Contudo, na véspera da reunião mudou de idéia, persuadido pelo prefeito de Niterói, que não tinha interesse no encontro. O presidente do Cecron chegou a ponderar que se tratava de uma Assembléia para discutir a questão da água na Região, mas Abduch alegou que não podia negar um pedido do prefeito.

Na verdade, as manobras para esvaziar o encontro começaram na antevéspera, quando o secretário de governo para a Região Oceânica, Marcos Botelho, entrou em contato com a direção do Cecron, solicitando o adiamento da reunião, a pedido do prefeito de Niterói. O pretexto seria um pronunciamento que Jorge Roberto Silveira faria no dia 8 de dezembro sobre o assunto. O presidente do Cecron alegou que todas as entidades representadas - além da CEDAE, da ASEAC e do Ministério Público - já haviam confirmado a presen-

# nda enganosa”

er com a comunidade de Niterói



representantes do Ministério Público suas queixas contra a prefeitura de Niterói

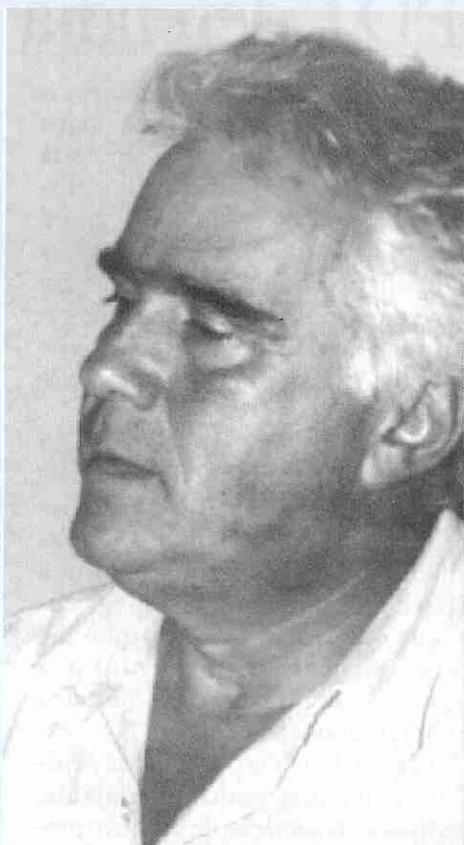
## tentar esvaziar encontro

ça, e seria impossível adiar o evento.

Diante disso, a prefeitura tratou de se articular rapidamente para esvaziar o encontro, proibindo a concessionária privada de comparecer ao encontro, além de não enviar representantes do governo municipal para discutir com a comunidade um assunto tão polêmico quanto a questão do Saneamento e a própria decisão de privatizar. E mais estranho ainda foi o fato de que, mesmo após a confirmação do encontro, diversos associados receberam ligações comunicando o adiamento da reunião, através de um interlocutor que se identificara como sendo do próprio Cecron, mas que ninguém soube identificar.

**“A empresa privada e a prefeitura deveriam vir aqui explicar seus projetos”**

*Paulo Ricardo Pimentel  
Presidente do CECRON*



# Poder Público local abusa da autoridade

**Prefeitura obriga carros-pipa a atender empresa privada “na marra”**

A prefeitura de Niterói está obrigando proprietários de carros-pipa a trabalharem para a empresa Águas de Niterói, de forma a suprir as deficiências do abastecimento na cidade, depois que a operação dos serviços foi transferida à concessionária privada. A denúncia foi levada aos representantes do Centro Comunitário da Região Oceânica, durante a última Assembléia do Cecron, por um representante do próprio órgão que não quis identificar os “pipeiros”, para evitar represálias.

Segundo reportou, ele próprio foi procurado por um dos proprietários de carros-pipa, que teria sido abordado na rua por um funcionário da prefeitura acompanhado de policial militar, solicitando o seu caminhão para atender à empresa privada Águas de Niterói. Testemunha da denúncia pública, a Promotora Adélia Barbosa, do Ministério Público, classificou a ação como “abuso de poder”, pois os caminhões são propriedade particular. “Isso não pode ocorrer e, inclusive, é passível de ação por perdas e danos”, disse a Promotora, aconselhando os “pipeiros” que se sentirem pressionados a procurar a delegacia mais próxima e formalizar a queixa.

### Arbitrariedades

O abuso de autoridade contra os “pipeiros” foi apenas uma entre a “enxurrada” de denúncias por parte da própria comunidade que deram o “tom” do encontro realizado com os líderes da Região Oceânica que, como de costume, só encontraram “eco” junto à direção da ASEAC e a alguns técnicos da SURLE, já que a prefeitura, a Águas de Niterói e a pró-

pria direção da CEDAE não compareceram.

Segundo o representante da Soprecam, de Camboinhas, os problemas de abastecimento da localidade foram criados pela própria prefeitura, no governo João Sampaio, que liberou a construção de condomínios sem se preocupar com a infra-estrutura. Para ele, a irresponsabilidade do Poder

Público em Camboinhas foi violenta demais.

Por sua vez, o líder comunitário de Itaipu, morador do condomínio Greenpark que dispõe de estação própria de tratamento de esgotos, alertou para a importância de se exigir da Feema o cumprimento das leis, porque o impacto ambiental será muito maior se o projeto for realizado da forma como está sendo feito. E fez uma denúncia grave, afirmando que foi procurado por dois engenheiros de uma

**“Isso não pode ocorrer. É passível de ação por perdas e danos. Aqueles que se sentirem pressionados pela prefeitura devem procurar a delegacia mais próxima e formalizar uma queixa.”**

empresa do Paraná que, mostrando despreparo técnico, informaram que estavam encarregados de fazer um levantamento do patrimônio do condomínio, em termos de Saneamento. O objetivo, segundo ele, era saber das necessidades dos moradores para futuramente atendê-las. Ignorando os investimentos que os próprios moradores foram obrigados a fazer para dispor de Saneamento.

-Além disso, o que a prefeitura está fazendo é propaganda enganosa, ao prometer água em um ano. Temos que cobrar deles de que maneira farão este milagre - completou. Outra queixa insistente da comunidade feita diretamente ao Ministério Público foi a falta de projetos e do Relatório de Impacto Ambiental (RIMA), que deverão ser cobrados diretamente das autoridades estaduais.

# Rio vive síndrome do camaleão

Postura do governador sobre a CEDAE prova que a teoria na prática é outra

**P** principal instrumento da Entidade na luta contra a privatização da CEDAE, o Jornal da ASEAC resolveu fazer uma retrospectiva de suas últimas 18 edições. Esta retrospectiva revelou, entre outras coisas, que o então candidato ao governo do Estado Anthony Garotinho - eleito por uma coligação de esquerda, que teve como uma de suas principais bandeiras a não privatização da CEDAE - nada tem a ver com o governador eleito Anthony Garotinho, que se utiliza de subterfúgios para se manter na mídia. Até agora, há quase um ano no governo, Garotinho não apresentou uma proposta efetiva de governo, que contemple às suas promessas de campanha, no sentido de buscar uma opção à política de privatizações impostas aos cidadãos do Rio de Janeiro pelo então governador do Estado, Marcello Alencar.

Outra constatação é que existe uma estratégia do governo para fragmentar

a CEDAE, onde a Procuradoria do Estado perde prazos para reagir às ações jurídicas contra as privatizações (Campos e Niterói) e a Assessoria Jurídica da Empresa sequer se manifesta. Faz parte da estratégia o discurso frágil do governador e do presidente da CEDAE, que sugere uma posição contrária à essas privatizações. Na verdade, a retrospectiva nos mostra que o discurso é um, a prática é outra.

As divergências jurídicas, concentradas na falta de uma regulação para o Setor de Saneamento Básico, também ficaram à mostra, após uma leitura retroativa das edições do Jornal da ASEAC. As matérias publicadas demonstram que coerência só há mesmo no comportamento do governo federal - que desde sempre defende a privatização. A indefinição do Legislativo, tanto estadual quanto federal, que não consegue aprovar um projeto de lei que regulamente o Setor, é outro entrave que favorece à privatização.

## O "melhor" prefeito do Brasil vira governador... e a "casaca"

A grande jogada de Marketing do então prefeito de Campos, Anthony Garotinho, roubando o slogan do economista César Maia, que se destacava na mídia nacional como um bom prefeito da cidade do Rio de Janeiro, com certeza influenciou o resultado das eleições para governador. Outro fator fundamental para garantir a eleição de Garotinho foi o fato dele se apresentar à população como contrário à política neoliberal tão bem defendida pelo então governador Marcello Alencar, que privatizou a CEG, a CERJ, a Conerj e o Metrô. Naquele momento, o então candidato Anthony Garotinho, aproveitando-se do aumento do desemprego e da péssima qualidade dos serviços prestados pelas concessionárias privatizadas, prometeu mundos e fundos aos eleitores, inclusive que não privatizaria a CEDAE. E foi com a bandeira de não privatizar a CEDAE e de quem sabe, rever outras privatizações, como a do Banerj e do Metrô, que Anthony Garotinho foi eleito governador.

De junho a novembro do ano passado, o Jornal da ASEAC publicou várias declarações do então candidato ao governo do Estado do Rio, Anthony Ga-

rotinho, onde ele se mostrava radicalmente contra a privatização da CEDAE. Na ocasião, repetiu várias vezes, em praça pública, que se Marcello Alencar privatizasse a CEDAE, ele, assim que assumisse, reestatizaria a Empresa. Hoje, em dezembro de 1999, o Jornal da ASEAC testemunha que o discurso do candidato é um, a prática do governador eleito é outra.

Em setembro do mesmo ano, o Jornal da ASEAC publicou, por exemplo, uma matéria, onde fica comprovado que a população é contra a privatização da CEDAE, pois 80% dos votos válidos no primeiro turno das eleições ficaram distribuídos entre Garotinho e César Maia - ambos defendiam a bandeira do Saneamento Público.

Já em novembro, após a divulgação de que Anthony Garotinho é o governador eleito, fontes ligadas a ele afirmam aos jornais que a CEDAE será privatizada. A informação gera um mal-estar nos partidos aliados ao novo governo. E, logo a seguir, o deputado Edmilson Valentin, do PC do B - partido da coligação que elegeu o governador - desmente a notícia, após falar por telefone com Garotinho.



**Após eleito,  
 Garotinho  
 deu as  
 costas aos  
 compromissos  
 com seus  
 eleitores**

## PDT defendia a auto-gestão

Na mesma edição de setembro, o Jornal publicou uma entrevista com a líder do PDT na ALERJ, a deputada Graça Matos. Ela defende a auto-gestão para a CEDAE e diz que é contra a privatização de atividades monopolistas como as que envolvem o Saneamento Básico e/ou a energia elétrica. Mais do que isso, defende que o Estado assuma a sua função social.

Em edição especial (dez/98), o Jornal da ASEAC entrevistou o engenheiro Marcos Helano Montenegro, indicado pelo Partido dos Trabalhadores - PT - para assumir a CEDAE. Montenegro revelava, então, que o governador Garotinho lhe fizera um desafio: reestruturar a Empresa, trabalhando com métodos gerenciais modernos.

Ainda em dezembro, o Jornal da ASEAC trazia um diagnóstico da Empresa, sugerindo a implantação de um novo modelo de gestão, baseado no que foi utilizado para a reestruturação da Compa-

nhia de Saneamento Básico de São Paulo - SABESP. Este novo modelo, que prevê a descentralização administrativa e financeira da Companhia, fôra entregue pela ASEAC ao governador eleito e ao engenheiro Marcos Helano Montenegro, que assumiria a presidência da Empresa no mês seguinte. Além disso, os técnicos da CEDAE entregaram ao novo presidente da Companhia um plano de emergência, que não chegou a ser viabilizado por falta de apoio do governador.

Em fevereiro de 99, o Jornal da ASEAC publicava declarações do petista Montenegro, onde este exigia a autonomia financeira e administrativa - prometida pelo governador - para a Empresa. A manchete - "CEDAE DE MÃOS ATADAS TENTA SE LIVRAR DAS AMARRAS" - revelava os problemas que Montenegro já enfrentava, pois todos os recursos da Empresa estavam sendo jogados no "Caixa Único" do governo e centralizados na Secretaria de Fazenda.



O jornal da ASEAC se posicionou como um verdadeiro sentinela em defesa do Saneamento público

## Campos, Friburgo e Niterói: caso de polícia e extorsão

A privatização de Campos entrou na pauta. Depois que a Procuradoria do Estado e do município conseguiram perder todos os prazos para intervir no processo, a empresa privada Águas do Paraíba conseguiu uma liminar e, após cenas de violência, com direito a tiroteio e tudo o mais, acabou assumindo os serviços de Saneamento no município, apesar do prefeito pedetista e do próprio governador continuarem afirmando, até hoje, que são contra a privatização.

Em junho, o Jornal da ASEAC publicava a manchete de criação da Frente Parlamentar em Defesa da CEDAE pública e eficiente. Por 26 votos a favor, a Assembléia Legislativa aprovava a proposta do deputado Paulo Ramos, também do PDT.

Ainda em junho, o Jornal da ASEAC publicou matéria, onde o novo presidente da CEDAE, Alberto José Gomes, amigo de infância do governador, afirmava que Garotinho não iria privatizar a CEDAE. No mês seguinte, no entanto, o próprio Alberto admitia a hipótese de entregar os serviços de Saneamento à prefeitura de Niterói.

Na mesma ocasião, o Jornal da ASEAC recebeu a informação de uma alta fonte do governo de que Garotinho prometeu a Jorge Roberto lhe entregar os serviços de Saneamento, desde que este o apoiasse na eleição para o governo do Estado. Para tentar reverter o processo na ALERJ, a deputada Solange Amaral apresentou em agosto um projeto de lei, colocando em xeque a política de Saneamento do governo Garotinho.

O projeto, que tornava o Saneamento competência exclusiva e intransferível do Estado, foi aprovado por aclamação na Assembléia Legislativa. E a seguir, vetado, pela vice-governadora

Benedita da Silva, atitude que deixou mais à mostra ainda as feridas do Partido dos Trabalhadores no Estado do Rio.

No jornal de agosto, o destaque foi a privatização em Friburgo. Em menos de um mês, após assumir o sistema de Saneamento do município, a concessionária CAENF - formada pela multinacional norte americana Tyco e pela Multiservice - aumentou a conta da água em cerca de 6.000%.

Em setembro, em edição especial, a ASEAC denunciava que, embora a CEDAE gastasse R\$ 0,60 para tratar o metro cúbico da água, o prefeito Jorge Roberto da Silveira decidiu que a empresa privada Águas de Niterói só pagaria R\$ 0,14 pelo metro cúbico de água fornecido.

No mês seguinte, o Jornal publicou, em primeira mão, um estudo de juristas de todo o país, encomendado pelo governador de Minas e ex-presidente da República, Itamar Franco, onde fica comprovado que vender as hidrelétricas ou empresas de Saneamento é vender as fontes hídricas e que isto é ilegal. Ainda naquela edição, o Jornal da ASEAC contestava a atitude da vice-governadora, que vetou o projeto de lei, que impediria a privatização da CEDAE.

Em outubro, a ASEAC publicou uma edição especial, explicando os riscos técnicos de se privatizar sistemas integrados de Saneamento. Por fim, ainda em outubro, o Jornal concluiu, através de uma matéria sobre a renegociação da dívida do Estado com o governo federal, que Garotinho pode ter negociado a CEDAE em troca de privilégios na renegociação dos débitos do Estado, traindo os compromissos assumidos com a sociedade fluminense e com seus eleitores.

## Fragmentação consentida

Ainda em fevereiro, a ASEAC publicava uma edição especial do jornal, onde era levantada a questão de Niterói. Na publicação, o prefeito Jorge Roberto da Silveira defendia a entrega dos serviços de Saneamento à iniciativa privada, com base em um convênio assinado entre o Estado e o município no último dia do governo Marcello Alencar. Mas o então presidente da CEDAE, Marcos Montenegro, se recusava a cumprir o acordo, considerado ilegal pela Procuradoria Geral do Estado.

Em março/abril, o jornal publicou uma série de reportagens, onde a tônica era a pressão do governo federal para que os estados privatizassem o Setor de Saneamento Básico. FHC partia, literalmente, para a chantagem com os estados, dizendo que só renegociaria suas dívidas com o governo federal, se eles privatizassem as suas companhias de Saneamento.

Ainda no jornal de abril, a ASEAC iniciou uma série de matérias sobre Teresópolis, onde o prefeito ameaçava entregar

à concessão à iniciativa privada. O jornal da ASEAC acompanhou o trabalho feito pela Associação, pelo CREA e sindicatos da categoria junto à sociedade, que provocaram uma reviravolta no "lobby" da privatização dos serviços locais. Apesar desta reviravolta, no entanto, até agora a CEDAE não tomou nenhuma iniciativa para renovar o convênio.

Em maio, alegando falta de condições para administrar a CEDAE, Montenegro e toda a diretoria pediram demissão irrevogável da Empresa. O engenheiro alegou pressões político-partidárias e a falta de apoio do governador para reestruturar a Companhia. Na ocasião, a ASEAC alertou sobre os riscos sociais e políticos de o Estado aceitar a proposta do prefeito do Rio, Luís Paulo Conde, no sentido de privatizar parcialmente o Sistema de Saneamento do Município, transferindo à administração privada os serviços prestados na Barra da Tijuca, Recreio e Jacarepaguá.

### Conde previu mudança da cor no novo terreno

Em dezembro de 98, o Jornal da ASEAC publicou como matéria principal, as articulações feitas pelo presidente da Assembléia Legislativa, Sérgio Cabral, com o então governador eleito, mas ainda não empossado, Anthony Garotinho, para retirar a CEDAE do Programa Estadual de Desestatização - PED.

Na ocasião, o jornal denunciou que, mesmo após o leilão da CEDAE ter sido suspenso por decisão do presidente do STF, Celso de Mello, o filho do governador, Marco Aurélio Alencar, tentou comprar votos de diversos parlamentares, através dos deputados José Amorim e Aloísio de Castro, para garantir que a ALERJ não derrubaria o veto do governador Marcello Alencar ao projeto da Casa que retirava a CEDAE do PED.

Naquela edição, o Jornal da ASEAC publicou o depoimento feito pelo deputado Tuninho Duarte, antes de declarar seu voto. Aliás, depoimento este que pode ser considerado bem atual, hoje, em novembro de 1999.

(...) Já o deputado Tuninho Duarte, do PFL, repetiu as denúncias que havia feito pela imprensa, contra os deputados Aluísio de Castro e José Amorim, afirmando que o responsável pela tentativa de suborno, conforme lhe afirmaram seus dois interlocutores, era, de fato, o secretário de Fazenda, Marco Aurélio Alencar. E acrescentou um dado novo às denúncias, desta vez, contra o prefeito do Rio, Luís Paulo Conde, que também teria tentado convencer alguns deputados a votarem a favor do veto. Em conversa telefônica, também gravada por ele, Conde teria

**“O Garotinho é contra a privatização da CEDAE, porque ele ainda não parou para pensar. É bom para ele, porque assim poderia ajeitar os cofres do Estado e ajeitar a vida dele...”**

Luiz Paulo Conde

afirmado o seguinte: “...Nós não podemos deixar o Sérgio Cabral sair fortalecido desse episódio... O Garotinho é contra a privatização da CEDAE, porque ele ainda não parou para pensar. É bom para ele, porque assim poderia ajeitar os cofres do Estado e ajeitar a vida dele...”, contou o deputado, antes de encerrar seu discurso com uma frase muito aplaudida: “Perdi as eleições, mas não perdi a dignidade”.

## “Loteamento da CEDAE” ameaça atendimento ao interior do Estado

# Subsídio cruzado pode acabar

A decisão do governador Anthony Garotinho de privatizar os serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário na região da Barra, Recreio e Jacarepaguá, vai dividir o município do Rio de Janeiro em “banda rica” ou bem sucedida e “banda pobre”. A primeira dispõe de poder econômico para bancar a iniciativa privada e gerar uma nova fonte de receita para o Estado e o município - e a segunda - a “banda pobre” - predomina no restante da Zona Oeste, com carência evidente, principalmente na Zona da Leopoldina, onde existem favelas que há muito aguardam o olhar piedoso dos governantes. Por sua vez, a divisão da receita com o prefeito do Rio, Luiz Paulo Conde, nessa privatização poderá representar também “a morte lenta” dos sistemas de Saneamento existentes no interior, com graves Conseqüências para a população de todo o Estado.

A opinião é da direção da ASEAC, ao classificar a medida como mais um desrespeito do governador e do prefeito à sociedade do Rio de Janeiro e à população que elegeu Garotinho, pelos compromissos que assumiu publicamente em defesa do caráter público dos serviços de interesse social. “Se o governo conseguir privatizar, vamos lutar até a última gota de sangue do nosso corpo, para devolver à população aquilo que é patrimônio dela. A privatização da CEDAE tem a antipatia generalizada da população, que já sentiu os efeitos dela na CERJ e na Light”, dizia Garotinho, no dia 23 de maio de 1988, na própria Zona Oeste (Campo Grande), durante encontro com sindicalistas, líderes comunitários e trabalhadores da CEDAE.

Para o presidente da ASEAC, Dario Mondego, a atitude do governador só contribui para desacreditar a categoria política, pois Garotinho, enquanto candidato, foi crítico ferrenho da política privatista praticada por seu antecessor, Marcello Alencar, que, com exceção da CEDAE, conseguiu entregar quase todo o patrimônio público do Estado ao setor privado. “Agora, depois de eleito, o governador nega suas



O anúncio de privatização na Zona Oeste surpreendeu até o prefeito do Rio

próprias promessas e compromissos, para concluir o trabalho iniciado pelo governo anterior, consentindo a transferência do Saneamento em Campos e Niterói e tomando a iniciativa de privatizar os serviços na Barra/Recreio/Jacarepaguá”.

### Subsídio cruzado

Para Dario Mondego, ao outorgar a distribuição de água e o esgotamento sanitário na capital à iniciativa privada - como anunciou em primeira mão a edição passada do Jornal da ASEAC - o governador não está colocando em risco apenas a saúde da população do Rio, mas de todo o Estado. Isto porque, a Região Metropolitana do Rio é responsável por cerca de 80% da arrecadação da CEDAE, enquanto nas demais cidades do interior, há um déficit financeiro - a despesa é muito superior à receita.

Como a maioria das prefeituras não tem recursos para aplicar em Saneamento, que exige pesados investimentos, a CEDAE utiliza o mecanismo do “Subsídio Cruzado” para garantir o atendimento, arcando com um déficit mensal da ordem de R\$ 100 milhões.

Os recursos arrecadados na capital e cidades da Região Metropolitanas são parcialmente transferidas às demais para cobrir o déficit existente no interior.

Assim, em decorrência da medida do governador, surge o risco do retorno de doenças de veiculação hídrica já erradicadas. “Não existem ilhas de salubridade no Estado e o direito de ir e vir é garantido pela Constituição brasileira. Portanto, qualquer pessoa, eventualmente contaminada, poderá se transformar num “agente de doenças em potencial”.

### Desemprego

A decisão do governador certamente servirá, também, para agravar o quadro de desemprego no Estado do Rio de Janeiro. “A CEDAE gera milhares de empregos, cuja atividade não permite muita alternativa de colocação, pela própria especificidade das profissões. Na medida em que ele privatiza a CEDAE em Campos, Niterói e nos três bairros da Zona Oeste do Rio de Janeiro, um grande contingente de mão-de-obra especializada tende a ficar desempregado.

“Ao contrário, se o governador desse autonomia à Companhia em vez de concentrar sua arrecadação no caixa único do governo, como fez Marcello Alencar, ela própria poderia construir todo o sistema de esgotamento da Bacia de Jacarepaguá e ampliar o de abastecimento de água para universalizar o atendimento na Região”. Aliás, a ASEAC já havia apresentado ao ex-governador Marello Alencar, ao prefeito Conde e, mais recentemente, a Garotinho um estudo técnico - viável inclusive economicamente - que lamentavelmente não despertou o interesse desses governantes. E recursos existem: somente na Barra da Tijuca, a CEDAE arrecada cerca de R\$ 100 milhões por ano. E segundo o próprio Garotinho, os investimentos necessários na Região são de R\$ 172 milhões. Assim, investindo-se pouco mais de 30% (R\$ 34,5 milhões/ano) da própria arrecadação, em cinco anos todas as obras estariam prontas, sem precisar de recursos externos ou do governo federal, que “fechou as torneiras” para o Saneamento público.

Capacidade técnica a Companhia também já provou que tem. Basta lembrar o episódio ocorrido em maio de 97, quando o então governador Marcello Alencar, para impedir que o prefeito Conde privatizasse a CEDAE em seu lugar, autorizou a empresa a fazer obras no Recreio dos Bandeirantes. Ele anunciou a obra num dia, e já no outro os empregados da CEDAE estavam no local trabalhando. Em menos de seis semanas, assentaram nove dos 14 km de tubulação previstos, para levar mais 600 litros/Seg. ao bairro. E tanto os recursos (R\$ 10 milhões), a mão de obra, o projeto e os equipamentos utilizados eram da própria Companhia, “comprovando sua capacidade para a execução de projetos de grande porte e que basta vontade política para mudar o quadro sanitário do Estado, sem a necessidade de abrir as pernas para FHC, recorrendo a projetos neoliberais de privatização, nocivos aos interesses da sociedade”, concluiu Dario Mondego.